

# O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Autora: GASPAR, Magna Lúcia Furlanetto  
gasparzinha@seed.pr.gov.br

Orientadora: LEVANDOVSKI, Ana Rita  
anarita.faficop@yahoo.com.br

*A avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhoria da aprendizagem.*

*Hoffmann*

## **Resumo**

A avaliação da aprendizagem escolar apresenta-se como um tema que provoca reflexões constantes na área educacional constituindo-se como fonte inesgotável de angústias entre o coletivo escolar. Sendo assim, a prática avaliativa apresenta-se como um desafio que exige, principalmente por parte do professor em sua prática pedagógica, verificar continuamente, se as atividades por ele planejadas, oportunizaram ao aluno construir realmente um conhecimento significativo. Portanto, a avaliação da aprendizagem é um recurso pedagógico plenamente capaz e necessário para subsidiar o professor a conduzir o processo pedagógico com segurança e ao aluno a demonstração do que aprendeu nas situações sociais concretas. Avaliar exige do professor o domínio de conhecimentos de técnicas adequadas, a utilização de critérios claros e objetivos explicitados entre os sujeitos envolvidos no processo ensino e aprendizagem. Dessa forma, construir uma nova cultura avaliativa como compromisso do coletivo da escola com a construção e a socialização de um conhecimento emancipatório, conseqüentemente permitirá uma melhoria na qualidade da Educação e formação ofertada pela instituição escolar.

**Palavras-chave:** Avaliação, Ensino e Aprendizagem, Professor/Aluno, Conhecimento Emancipatório.

O termo avaliação nos remete automaticamente ao processo de ensino e aprendizagem porque se constituem em articulações indissociáveis e inquietantes na práxis pedagógica dos docentes.

Embora a pedagogia contemporânea defenda uma concepção de avaliação escolar como instrumento de emancipação, no cotidiano escolar prevalece ainda nas práticas avaliativas, uma ênfase nas notas obtidas pelos alunos e não na sua aprendizagem. O uso dos resultados das avaliações encerra-se na obtenção e registro de símbolo do valor mensurável da aprendizagem do aluno.

Estes símbolos podem ser conceitos ou notas que expressam o valor atribuído pelo professor, supostamente, referente ao aprendizado do aluno, encerrando-se aí o ato de avaliar que, como revela Luckesi (2005) o valor concedido pelo professor ao aprendido pelo aluno, é registrado e, definitivamente, o aluno permanecerá nesta situação, o que equivale a ele estar determinantemente classificado.

Tal momento de avaliar a aprendizagem do aluno não deve ser o ponto de chegada, mas uma oportunidade de parar e observar se a caminhada está ocorrendo com a qualidade previamente estabelecida para esse processo de ensino e aprendizagem para retomar a prática pedagógica de forma mais adequada, uma vez que o objeto da ação avaliativa, no caso a aprendizagem, é dinâmico, e, com a função classificatória, a avaliação não auxilia o avanço e o crescimento para a autonomia. (LUCKESI, 2005)

A discussão sobre a avaliação escolar está diretamente vinculada ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, à prática pedagógica do professor. Porém, muitos educadores percebem o processo em questão de modo dicotomizado: o professor ensina e o aluno aprende.

No entanto, a avaliação deve ter como objetivo a qualidade da prática pedagógica do professor. A mesma é condição necessária para a construção da aprendizagem bem sucedida do aluno e não para classificar ou discriminar, mas um parâmetro para a práxis educativa.

Segundo Gasparin (2005), no trabalho pedagógico proposto pela pedagogia histórico-crítica, a avaliação da aprendizagem do conteúdo deve ser a expressão prática de que o aluno se apropriou de um conhecimento que se tornou um novo instrumento de compreensão da realidade e de transformação social. Deste modo,

revela o autor que “a responsabilidade do professor aumentou, assim como a do aluno. Ambos são co-autores do processo ensino-aprendizagem” (p.2).

Gasparin (2005) destaca também que a avaliação da aprendizagem na concepção dialética do conhecimento, é a manifestação de quanto o aluno se apropriou das soluções para a resolução dos problemas e das questões levantadas, ou seja, do conhecimento adquirido.

O autor explica que na referida concepção dialética, a proposta pedagógica tem como primeiro passo, ver a prática social dos sujeitos da educação, a tomada de consciência sobre esta prática, levando professores e alunos a teorizar sobre a realidade. Isto possibilita passar do senso comum para os conhecimentos científicos e retornar à prática social de origem com uma perspectiva transformadora desta realidade. Sendo assim, com o conhecimento teórico adquirido, o aluno vai atuar sobre seu meio social com um entendimento mais crítico, elaborado e consistente (GASPARIN, 2005).

Os novos desafios do mundo contemporâneo exigem inovações didático-pedagógicas que possam contribuir para que a escola cumpra com seus objetivos de ensino e aprendizagem proporcionando um espaço repleto de possibilidades.

Sendo a avaliação uma das etapas da atividade escolar, é necessário que esteja sintonizada com a finalidade do processo ensino e aprendizagem e como possibilidade de perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades, seus avanços e desta forma, mediar o processo de apropriação do conhecimento e conseqüentemente, com a função social da escola que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade a fim de possibilitar ao aluno condições de emancipação humana.

Deste modo, a educação ofertada pela instituição escolar deve possibilitar o processo dialético de trabalho pedagógico para formar alunos autônomos em sua aprendizagem e em seu desenvolvimento humano, produtores de conhecimento crítico e significativo, conscientes e compromissados com a melhoria do seu meio social.

Para Gasparin (2005), o trabalho de todo o processo ensino e aprendizagem deve contribuir para transformar um aluno-cidadão em um cidadão mais autônomo. Inicialmente, este trabalho pedagógico exige um aluno que se aproprie dos conhecimentos científicos pela mediação do professor. Depois, ao término do período escolar, pressupõe-se que esse aluno apresente a condição de cidadão

crítico e participativo, sem a presença e intermediação do professor, transportando os conceitos científicos apreendidos para a nova dimensão de sua vida.

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser praticado com esta perspectiva dialética do conhecimento, mas os critérios e procedimentos de avaliação muitas vezes não condizem com a realidade vivida pelo aluno no processo de construção do conhecimento, levando-o ao fracasso escolar.

Vasconcellos (2005) propõe que o papel que se espera da escola é que possa colaborar com a formação do cidadão pela mediação do conhecimento científico, estético, filosófico. Para o autor,

Os alunos, desde cedo, precisariam ser orientados para dar um sentido ao estudo; [...] na tríplice articulação entre compreender o mundo em que vivemos, usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, qual seja, colocar este conhecimento a serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário (p.69).

O conhecimento deve ajudar a compreender o mundo e nele intervir sendo que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do aluno pela mediação do conhecimento e da aprendizagem por parte de seus alunos.

Esta concepção de avaliação exige uma mudança de postura do professor o qual deve investir suas potencialidades, não no controle do que foi transmitido e sim na aprendizagem dos alunos.

Nesta concepção dialética, a forma de trabalho em sala de aula terá que sofrer mudanças. É preciso olhar para o que cada aluno já sabe e para suas reais necessidades e, isso significa olhar para a prática e para a teoria que sustenta essa prática, articulando-as com a dinâmica do trabalho em sala de aula. Superar os conteúdos desvinculados da prática social dos alunos e a metodologia passiva, uma vez que o professor, pela avaliação, vai acompanhar a construção da aprendizagem do aluno na perspectiva de superação do senso comum. Com uma concepção dialética da educação, supera-se o sujeito passivo da educação tradicional, quanto o sujeito ativo da educação nova, em direção ao sujeito interativo (VASCONCELLOS, 2005).

Hoffmann (1994) explica que a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e sua ação classificatória e autoritária exercida, encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua história de vida

como aluno e como professor. Muitos professores reproduzem em sua prática pedagógica em sala de aula, influências de sua formação desenvolvida numa visão tradicional e classificatória da avaliação.

Segundo Hoffmann (1994), as experiências que os futuros professores têm no seu processo de formação ditam suas posturas, posteriormente, na prática de sala de aula. Como relata a autora: “ensinou-se muito mais sobre como fazer provas e como atribuir médias, do que se trabalhou com o significado dessa prática em benefício ao educando e ao nosso próprio trabalho” (p.185).

A autora acima considera necessário que os professores tenham já na sua formação uma nova prática em termos de avaliação. Não basta receber uma série de conceitos bonitos relativos a avaliação de seus alunos, mas ser avaliado no esquema bem tradicional. Portanto, quem trabalha com a formação acadêmica dos nossos futuros professores, tem também um compromisso de mudar a prática de avaliação dos mesmos.

Segundo Vasconcellos (2005), deve-se avaliar para mudar o que tem que ser mudado. A avaliação deve ter efeito prático, ou seja, para o professor mudar a forma de trabalhar retomando conteúdos, explicando de outra maneira, mudando a forma de organizar o trabalho em sala de aula e dar atenção especial aos alunos que apresentam maior dificuldade; quanto à escola, proporcionar mais condições de estudo, criar espaço para recuperação, rever o currículo, incentivar a integração entre professores e desenvolver sempre alternativas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo o coletivo escolar.

Cabe à escola, buscar a socialização através das ações pedagógicas que desenvolve e realizar tarefas coletivas cuidando para que estas sejam desenvolvidas pelo grupo e não por um único componente. Nesse caso, é preciso ensinar os alunos a trabalhar individualmente e em grupos e a serem responsáveis na execução do seu trabalho. Tal procedimento faz com que os mesmos sintam-se como partes integrantes de um grupo e de um contexto social mais amplo.

Na concepção pedagógica tradicional a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. Nesta pedagogia a avaliação está diretamente associada ao fazer prova, fazer exame, dar notas, repetir ou passar de ano.

As concepções contemporâneas priorizam a avaliação do processo de construção do conhecimento confirmando que esta avaliação se dá através de três

momentos: síncrese, análise e síntese. O professor vai acompanhando a construção do aluno e percebendo o nível em que o mesmo se encontra (mais ou menos sincrético), bem como “as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum” (VASCONCELLOS, 2005, p.72).

Para explicar o exposto no parágrafo anterior dentro de um enfoque mais completo deste processo dialético, buscamos em Gasparin (2005), que é perfeitamente possível no atual momento histórico, relacionar uma nova cultura avaliativa da aprendizagem com o fazer pedagógico sugerido na proposta dialética de trabalho docente-discente que parte da prática, vai a teoria e retorna à prática.

O trabalho pedagógico dentro da pedagogia Histórico-crítica, tem como ponto de partida a prática social inicial do conteúdo, onde o aluno é mobilizado a fazer a primeira leitura da realidade, ou seja, um contato inicial com o tema a ser estudado, devendo perceber alguma relação entre o conteúdo e seu cotidiano, das suas relações sociais, cabendo ao professor respeitar os diferentes níveis de conhecimento que o aluno traz consigo à escola, ou seja, seu saber anterior considerado no momento de diagnóstico.

Ao iniciar seu trabalho frente aos alunos, evidentemente o professor deve ter elaborado um planejamento de suas atividades, ter uma expectativa, no plano teórico, em relação ao aluno, como ele aprende, o que ele vai ensinar para que na prática, o professor busque uma coerência pedagógica, refletindo e discutindo com os mesmos.

No segundo momento vem a problematização, fundamental para o encaminhamento de todo o processo de trabalho docente-discente, elemento chave entre a prática e a teoria, entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada, iniciando o trabalho com o conteúdo sistematizado, confrontando-o com a prática social.

A partir das questões levantadas nos passos anteriores, esse terceiro passo do método, a Instrumentalização, onde os alunos, sujeitos aprendentes e o objeto da sua aprendizagem e o objeto do conhecimento apresentado, são postos em recíproca relação através da mediação do professor que auxilia e orienta os alunos para que estes apropriem-se do conhecimento socialmente produzido e sistematizado para responder aos problemas levantados. É um dos pontos centrais do processo.

Na seqüência, quarto momento, temos a catarse, cuja operação fundamental é a síntese. O educando mostra que, de uma visão sincrética que o mesmo trouxe em relação ao conteúdo, agora ele pode concluir com uma síntese, no seu novo nível de aprendizagem (momento da avaliação que traduz o crescimento do aluno). Conforme as circunstâncias, a avaliação pode ser realizada de maneira informal ou formal, mas sempre devem ser levados em conta dois elementos básicos: os instrumentos e os critérios.

Gasparin (2005) nos mostra que esse tipo de avaliação não ocorre apenas nessa fase, mas durante o transcorrer de todas as atividades. A catarse é a demonstração teórica do ponto de chegada. Daqui, o aluno retorna à prática social mas manifestando uma nova postura prática, uma nova atitude sobre o conteúdo e uma nova forma de agir. Uma prática social Final de Conteúdo, o qual é o quinto momento previsto neste método pedagógico. A avaliação que permeia todo esse processo será para verificar o que o aluno aprendeu, para dar continuidade ou retomar o conteúdo, se for o caso.

Vasconcellos (2005) explica que não há como abolir a avaliação, pois, neste caso, não se conheceriam as dificuldades do aluno, por não haver uma avaliação contínua do processo e o professor não teria como ajudá-los. Esclarece que é uma crítica ao uso corrente da prova num momento sacramentado e destacado, ou seja, desvinculada do processo ensino e aprendizagem.

De acordo com Luckesi (2005), os professores elaboram suas provas para testar o conteúdo trabalhado com os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem. Explica que esse fato possibilita várias distorções, como ameaças, elaboração de itens descontextualizados dos conteúdos ensinados nas aulas, questões com um nível de complexidade maior do que aquele que foi trabalhado em sala de aula, usa de linguagem incompreensível para os alunos, ou seja, os alunos não conseguem entender o que o professor pede no enunciado das atividades.

As pedagogias contemporâneas valorizam uma metodologia mais participativa onde a avaliação é concebida como experiência de vivência. Na relação dialética, presente na avaliação, o aluno confronta-se com o objeto do conhecimento que o levará a participação ativa, valorizando o fazer e refletir, sem medo de errar porque o erro, no processo ensino-aprendizagem, assume o caráter mediador. Assim, tanto o aluno como o professor podem rever sua trajetória para compreender e agir sobre o conhecimento e a avaliação não se reduz a apenas atribuir notas.

Retomando Vasconcellos (2005), o autor faz a distinção entre avaliação e nota, mostrando que a primeira é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, para captar seus avanços, suas resistências, dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A nota, seja na forma de número, conceito ou menção, é uma exigência formal do sistema educacional. Mesmo que, um dia, não haja mais nota na escola, ou reprovação, certamente haverá necessidade de continuar existindo avaliação, como acompanhamento do desenvolvimento dos alunos ajudando-os em suas eventuais dificuldades.

Para que isso um dia venha acontecer, em primeiro lugar, o professor não deve fazer uso autoritário da nota, e sim, através de novas práticas concretas, mostrar ao aluno que, se ele aprender, a nota virá como consequência. (VASCONCELLOS, 2005).

Vasconcelos (2005) também esclarece que algumas questões relativas à recuperação de estudos, enfatizando que essa prática pedagógica, mais do que uma estrutura da escola, deve significar uma postura do professor no sentido de garantir a aprendizagem dos alunos. É importante que a recuperação aconteça no próprio ato de ensinar, quando o professor, a partir da análise dos erros, percebe a necessidade dos alunos. Caso não ocorra esta recuperação, o professor está se omitindo em sua tarefa primordial que é garantir a aprendizagem. A recuperação da aprendizagem deve traduzir-se na recuperação da nota, uma vez que, até o momento, existe nota.

No início de cada ano letivo, o professor deve explicitar aos seus alunos, a metodologia a ser utilizada, o conteúdo a ser desenvolvido, seus critérios de avaliação que devem ser claro para favorecer os processos avaliativos que permitirão que a avaliação tenha realmente uma função de *feedback*. Isto possibilita que as atividades didático-pedagógicas sejam desenvolvidas de maneira mais eficaz e positiva pelo professor. Neste sentido, a avaliação não será aplicada somente ao nível de aprendizagem do aluno, mas também ao aperfeiçoamento do ensino.

Cabe ressaltar que a avaliação da aprendizagem escolar está relacionada a uma concepção de homem, de sociedade, ao Projeto Pedagógico da escola. No entanto, de modo geral, não se percebe a discrepância entre a proposta educativa teórica e a prática efetiva. Para superar esta contradição entre a concepção que fundamenta o trabalho do professor da Rede Pública Estadual de Ensino, a qual tem



sua base no materialismo histórico dialético e entre a avaliação que se revela nas ações avaliativas implementadas nestas escolas, faz-se necessário uma reflexão crítica sobre a prática.

A avaliação é um meio ou recurso para verificar se a aprendizagem ocorreu ou não. Ela está a serviço da prática pedagógica como um mecanismo social que busca superar as contradições existentes na sala de aula, tentando dar autonomia ao aluno.

A pedagogia dos conteúdos sócio-culturais centrada na idéia de igualdade para todos no processo de educação e na compreensão que a prática educacional se faz pela socialização do conhecimento produzido pela humanidade, ao longo de sua história através da prática social, nos traz uma prática de avaliação condizente com o novo modelo social. Propõe a superação do autoritarismo exigindo a participação democrática de todos. A avaliação educacional serve como um mecanismo de diagnóstico da situação visando o avanço e o crescimento e possibilita ao aluno condições de emancipação humana. (LUCKESI, 2005, p.31)

Hoffmann (1996) esclarece: “entendo que a avaliação, enquanto relação dialógica vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão.” (p.148) Esta autora esclarece que, o diálogo, entendido a partir dessa relação epistemológica não é obrigatoriamente uma conversa verbalizada entre professor e aluno. Ele é mais amplo e complexo. É uma reflexão em conjunto com o aluno sobre o objeto do conhecimento, para encaminhar-se à superação. Isto significa desenvolver uma relação dialógica, teórico-prática, fundamental na avaliação mediadora.

Para Vasconcellos (2005), o processo de conquista de conhecimento de forma dialógica, supera o senso comum deformado a respeito da avaliação, mas para se concretizar uma transformação é preciso envolver todo o coletivo escolar. Os professores devem investir para criar uma nova mentalidade junto aos alunos, aos demais educadores e aos pais. Os pais e alunos precisam encontrar o mesmo tipo de postura por parte de cada professor e dos demais profissionais que atuam na escola. Os critérios utilizados na avaliação devem ser conhecidos anteriormente pelos pais e alunos. A escola deve privilegiar espaços para que estes critérios sejam sempre discutidos, aclarados e concretizados.

A garantia da aprendizagem na escola é um direito dos alunos e a garantia deste direito requer condições objetivas para que a escola cumpra sua função de ensinar conhecimentos sistematizados reconhecidos culturalmente como importantes à sociedade.

Entre estas condições está a busca de ações coordenadas do coletivo escolar, criando espaços para o redimensionamento da prática avaliativa estruturada a partir de um embasamento teórico adequado pelos professores. Só assim, estes poderão aliar teoria à prática de forma efetivamente positiva.

Recorrendo aos documentos legais da área educacional, encontramos nas Novas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica (2007), que a avaliação da aprendizagem está articulada com a concepção metodológica dialética do processo educativo e apontam para um conhecimento mais apurado da metodologia dialética do conhecimento, já citada anteriormente nesta unidade, como também, um pensar e efetivar a avaliação da aprendizagem de forma democrática e emancipadora.

Mesmo apresentando uma abordagem específica para cada disciplina do conhecimento, traz recomendações aos professores quanto ao encaminhamento para que todos os alunos aprendam e participem mais das aulas, traz ainda critérios e instrumentos variados, selecionados de acordo com cada conteúdo e objetivo.

As Diretrizes Curriculares Estaduais (2007) objetivam favorecer que os professores busquem a coerência entre a concepção pedagógica defendida e as práticas avaliativas que integram o processo de ensino e aprendizagem.

Como nos encaminhamentos metodológicos destas Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica (2007) evidencia-se na avaliação processual é pertinente levantar a questão do “erro” que, possivelmente, os alunos apresentem no processo avaliativo. O erro passa a ser construtor do conhecimento na medida em que o professor reconhece o esforço do aluno dando ao mesmo um retorno sobre seu desempenho e o entendimento do erro como integrante da aprendizagem.

Evidentemente as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica, estão de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Educação (LDB), nº 9.394/96, traz a avaliação como: “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (LDBEN, 1996,art. 24, inciso V).

Encontramos ainda na Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação, capítulo I, art.8.º, que a avaliação almeja “o desenvolvimento formativo e cultural do aluno” e deve “levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas” (1999).

Na fundamentação dos documentos educacionais citados, a ênfase está na qualidade da construção do conhecimento pelo aluno, mostra professores e alunos como co-autores no processo de ensino e aprendizagem e que a avaliação tem o papel de mediação neste processo pedagógico.

Buscamos a abordagem acerca da avaliação da aprendizagem também no Projeto Político Pedagógico da escola foco desta pesquisa e percebemos uma coerência com a concepção pedagógica em pauta. Como introdução ele traz que:

A avaliação da aprendizagem serve de parâmetro para o professor e o aluno perceberem e reverem os caminhos de compreensão e ação sobre o conhecimento. Para tanto ela deve ser contínua, democrática, diagnóstica, formativa e mediadora da aprendizagem. (PPP, 2008)

No Projeto Político Pedagógico da escola em questão, verificamos que a realidade do cotidiano escolar está posta, como também o desejo de realizar mudanças necessárias:

À medida em que buscamos promover o desenvolvimento de uma nova cultura de avaliação da aprendizagem escolar para a melhoria da qualidade da educação ofertada em escolas públicas de ensino, compreendemos que vários fatores interferem no desempenho dos alunos.

Muitos cuidados devem ser tomados no desenvolvimento da prática avaliativa do conhecimento dos alunos utilizando procedimentos que assegurem realmente o pleno desenvolvimento destes, evitando a comparação dos alunos entre si, o que caracterizaria uma prática avaliativa classificatória, portanto indesejável do ponto de vista pedagógico atual.

Portanto, é necessário que a escola abra cada vez mais espaços para estudo e reflexão, onde todo o coletivo escolar encontre caminhos para oferecer uma formação adequada a partir de melhores condições pedagógicas e estabelecimento de estratégias significativas, tendo em vista o desenvolvimento dos alunos dentro da dinâmica social, uma vez que sempre encontramos uma resistência a tudo que é novo também no âmbito educacional. Propostas de ação coletivas e articuladas

certamente seriam o fio condutor para construir e efetivar uma prática educativa transformadora.

Há também que se considerar os hábitos cristalizados de práticas pedagógicas conservadoras e autoritárias que permearam a formação de muitos professores. Tais fatores, intencionalmente ou não, estão presentes no dia-a-dia escolar, o que nos faz propor um maior suporte de conhecimentos filosóficos como também conhecimentos na área da psicologia educacional por todos os profissionais da educação, destacando-se os professores.

Entendemos que um professor é verdadeiramente mediador quando começa seu trabalho a partir do que o aluno sabe, isto é, tem como ponto de partida a prática da avaliação diagnóstica, objetivando auxiliar o aluno no seu desenvolvimento pessoal a partir do processo de ensino-aprendizagem.

Do professor espera-se, a partir de uma prática em sala de aula segura e responsável, embasada em um conhecimento teórico condizente com os avanços científicos contemporâneos, verificar em que medida os conhecimentos anteriores de seus alunos ocorreram, acolher a situação real e tomar decisões para obter resultados cada vez mais satisfatórios na construção do conhecimento, proporcionando aos mesmos a oportunidade de compreender a realidade e sobre ela se posicionar, enfrentar e resolver a contento os problemas nela existentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Conselho Nacional de Educação, 1996.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARANÁ. Deliberação nº 07/99- Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, 1999.

ESCOLA ESTADUAL JOÃO TURIN-ENSINO FUNDAMENTAL. **Projeto Político Pedagógico**. São Sebastião da Amoreira,(PR):2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná**. Curitiba, 2007.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: como avaliar?: critérios e instrumentos**. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.